

## Trabalho imaterial, informatização e estilos de vida dos docentes em instituições de ensino superior privado

JONAS CARDOSO\*

**Resumo:** O avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) trazem novos cenários no mundo do trabalho. Neste sentido, este ensaio visa levantar o panorama que delinea o mundo do trabalho docente em instituições de ensino superior privado. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa de trabalhos acadêmicos que envolvesse a temática a fim de demonstrar o atual estado da arte, ademais, utilizou-se de dados secundários para demonstrar graficamente o cenário evolutivo do ambiente de trabalho dos docentes. Os resultados levantados têm como objetivo gerar discussões acerca do uso das TICs no mundo do trabalho e sua relação com o tempo de não trabalho. O atual cenário demonstra que as TICs fazem parte do estilo de vida dos docentes das instituições de ensino superior privado, que em contexto de trabalho imaterial, contribui para o aumento do tempo de trabalho sobre o de não trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho imaterial; Tecnologias da informação e comunicação; Estilos de vida; Trabalho docente.

*Immaterial labor, computerization and lifestyles of professors from private higher education institutions*

**Abstract:** The advancement of information technology results in new scenarios in the workplace. This article aims to analyze the panorama of the teaching world of private higher education institutions. Methodologically, it was decided to search academic papers to demonstrate the current state of the art, in addition, we used secondary data to graphically demonstrate the evolutionary scenario of teachers working environment. The results are intended to generate discussions on the use of ICTs in the world of work and its relation to the non work time. The current scenario shows that ICTs are part of the lifestyle of teachers in private higher education institutions, which in the context of immaterial labor, contributes to the increase of working time on the non-work.

**Key words:** Immaterial labor; Information technology; Lifestyle; Teachers work.



\* JONAS CARDOSO é Doutor em Administração; Tutor PET Economia/UNIR; Docente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

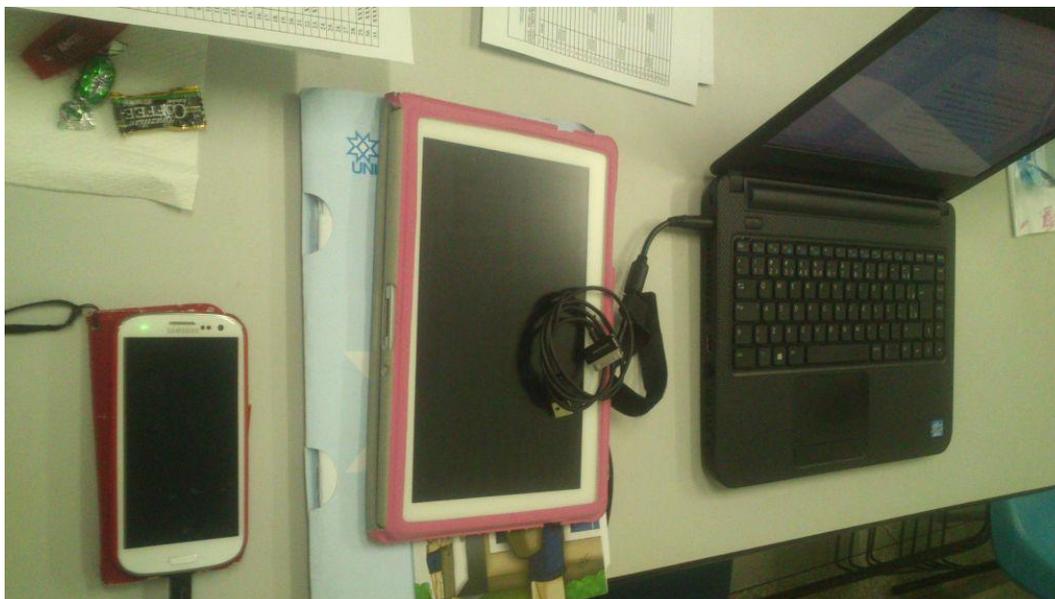


Foto do autor

### Introdução

Este artigo coloca em discussão a situação do docente que atua em instituições de ensino superior privado quanto ao seu tempo dedicado ao trabalho e seus desdobramentos no que diz respeito ao avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no contexto do trabalho imaterial. Segundo Cardoso (2013), o mundo do trabalho passou por transformações na sua forma de concepção e de exploração a partir dos anos 1970. Esta transformação na concepção advém de novos olhares sobre o conceito de valor estabelecido na teoria marxista (LAZZARATO; NEGRI, 2001), que delineava de forma clara a forma de expropriação da mais valia a partir do trabalho alheio. Segundo Lazzarato e Negri (2001), o valor, que era calculado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, passa a ser imensurável com o aumento do trabalho imaterial. A forma de exploração do trabalho, baseado no conflito de classes, passa a ter um caráter mais efêmero com a

mudança no processo produtivo e com o aumento das atividades no setor terciário. O trabalho imaterial passa a adquirir maior importância com a reestruturação produtiva, uma vez que o trabalhador é chamado a participar ativamente de todo o processo de produção, desde a concepção até o consumo final (CARDOSO, 2013).

O trabalho docente está inserido no rol de profissões que são caracterizadas pelo alto conteúdo de trabalho imaterial. A função da docência está atrelada ao uso de habilidades que exigem criatividade (LAZZARATO e NEGRI, 2001) e afetividade (MANSANO, 2009; PELBART, 2003) na sua efetividade. Além das habilidades o docente precisa dominar as TICs, de forma a potencializar sua empregabilidade por meio do uso de equipamentos como *notebook*, *datashow*, *tablet*, *smarthphones* dentre outros que permitem maior interação em qualquer hora e lugar.

Neste contexto, a fim de evidenciar a trazer para discussão estes temas,

primeiramente será explanado, de forma sucinta, o panorama da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1960. O segundo tópico discute a questão da caracterização do tempo dos docentes dessas instituições. O terceiro tópico mostra como está o aporte tecnológico na área de ensino superior privado e sua utilização pelos docentes. O quarto tópico aborda a questão do uso do tempo de trabalho e de não trabalho dos docentes das instituições de ensino superior privado. O trabalho docente visto no contexto de trabalho imaterial será discutido no quinto tópico. As considerações finais serão feitas com base na relação que se estabelece a partir do contexto permeado pelo trabalho imaterial e a situação do docente frente ao avanço das TIC's e novas formas de experimentar o tempo.

#### **Breve contexto histórico do trabalho docente em instituições de ensino superior privado**

A partir dos anos 1960 iniciam-se transformações na configuração e funcionamento do ensino superior. Até este período, as instituições de ensino superior privado não passavam de uma centena e eram de pequeno porte, que tinham por objetivo apenas o ensino, sem levar em conta a pesquisa e a extensão, os professores tinham baixa qualificação, atendendo pouco mais de 100 mil estudantes (MARTINS, 2000; 2002).

Segundo Sampaio (2000), há dois períodos demarcados na história do ensino superior privado no Brasil: o primeiro, de 1933 a 1960, corresponde ao período de consolidação. A sua principal característica foi a estabilidade no crescimento das matrículas, que eram ofertadas tanto pelas elites laicas como as católicas, que disputavam a supremacia no controle educacional

privado. O segundo período, de 1960 a 1980 se caracterizou pela mudança de escala no crescimento do número de matrículas, ultrapassando o número de vagas existentes no setor público. Na década de 1980 há estagnação no que se refere ao crescimento das instituições de ensino superior privado, que só volta a se recuperar no início dos anos 1990 (SAMPAIO, 2000).

A partir da década de 1970 o governo federal investiu maciçamente no aumento de cursos superiores com vocação tecnológica, ficando para as IES (Instituições de Ensino Superior) particulares a formação nas áreas de ciências sociais e humanas (SCHUWARTZMAN, 2000). A reforma de 1968<sup>1</sup> contribuiu para a concentração de cursos de pós-graduação no setor público na década de 1970, contribuindo para a qualificação do corpo docente. Os grupos detentores do ensino superior privado já não se caracterizavam pelo predomínio das universidades confessionais católicas, avançava o crescimento do setor com a entrada de grupos empresariais.

A partir da segunda metade da década de 1990, com base nas recomendações do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento)<sup>2</sup>, o governo brasileiro toma medidas que beneficiam a expansão das IES privadas, que segundo o BIRD,

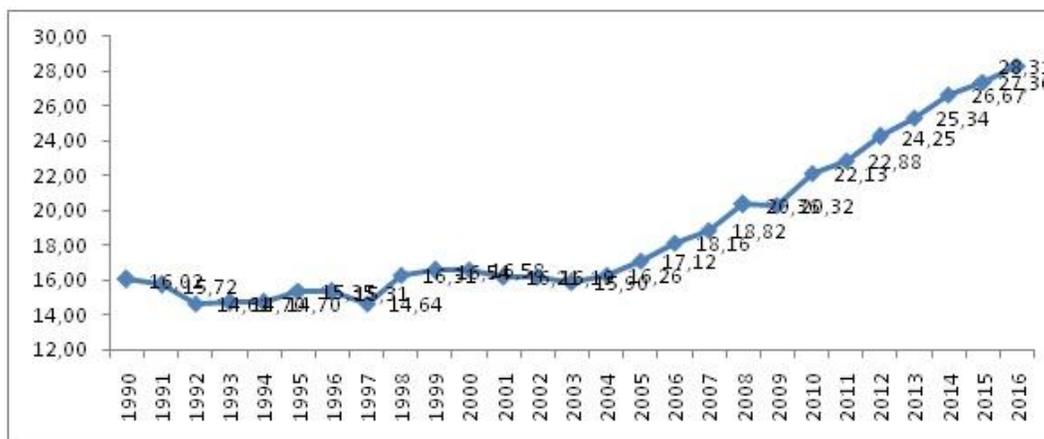
<sup>1</sup> Institucionalização da pós-graduação (mestrado e doutorado) e elaboração de uma política de qualificação com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional (FÁVERO, 2006).

<sup>2</sup> As duas principais recomendações são: uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres – o trabalho – e fornecimento de serviços básicos aos pobres, em especial saúde elementar, planejamento familiar, nutrição e educação primária. Neste contexto, para o BIRD, o investimento em educação é a melhor forma de aumentar os recursos dos pobres (CORRAGIO, 1996).

era a solução mais eficiente para a expansão acelerada na oferta de vagas (CARVALHO, 2007). A expansão só não foi maior devido à falta de candidatos com situação financeira adequada para ingressar no ensino superior (CARVALHO, 2007). A partir do início do século 21, mais precisamente com a mudança no comando político do país, a entrada dos candidatos potenciais torna-se um pouco mais facilitada com a criação do PROUNI – Programa Universidade para Todos do governo federal<sup>3</sup>. Todas estas mudanças, segundo Oliveira (2004), produzem a constante reestruturação do trabalho docente, que tem como características principais a precarização e a flexibilização, necessárias para a manutenção e crescimento do atual modelo educacional.

Neste contexto, a título de ilustração, no gráfico 1 é demonstrada a relação entre o número de alunos matriculados e o quantitativo de professores atuantes nas instituições de ensino superior privado no Brasil no período de 1990 a 2016.

**Gráfico 1 – Relação alunos matriculados e quantitativo de professores atuantes nas instituições de ensino superior privado no Brasil no período de 1990 a 2016.**



FONTE: Elaboração própria a partir dos Censos de Educação Superior no Brasil do INEP/MEC

<sup>3</sup> Política pública do MEC de inclusão educacional através da concessão de Bolsas de estudo (integrais e parciais) a alunos de baixa renda oriundos das escolas públicas do país em IES privadas (BRASIL, 2008).

O gráfico 1 demonstra o aumento de alunos por professor nas instituições de ensino superior privado, em 1990 a relação estava em 16 alunos por professor e 2016 esta relação sobe para mais de 28 alunos por professor, um aumento de 77% no período analisado. É possível notar que a partir de 2003 há uma escalada na relação de alunos por professor, o que está de acordo com as políticas governamentais (PROUNI) que aumentaram o número de estudantes que frequentam tais instituições. O aumento de alunos implica na necessidade de mais tempo para preparo de aulas e atendimento das demandas das instituições de ensino superior privado.

### **Trabalho docente e tempo**

Nas instituições de ensino superior privado o regime de trabalho tem como base o contrato hora-aula. Neste tipo de contrato, o professor recebe pelo tempo dedicado principalmente em sala de aula, sobrando pouco tempo para planejamento, pesquisa e extensão. Segundo Siqueira (2009), há descontentamento em relação à carga horária enfrentada semanalmente e o comprometimento do tempo. Em estudo realizado por Mariz (2010) denota-se que os professores relatam dificuldades em encontrar tempo para realização de pesquisas.

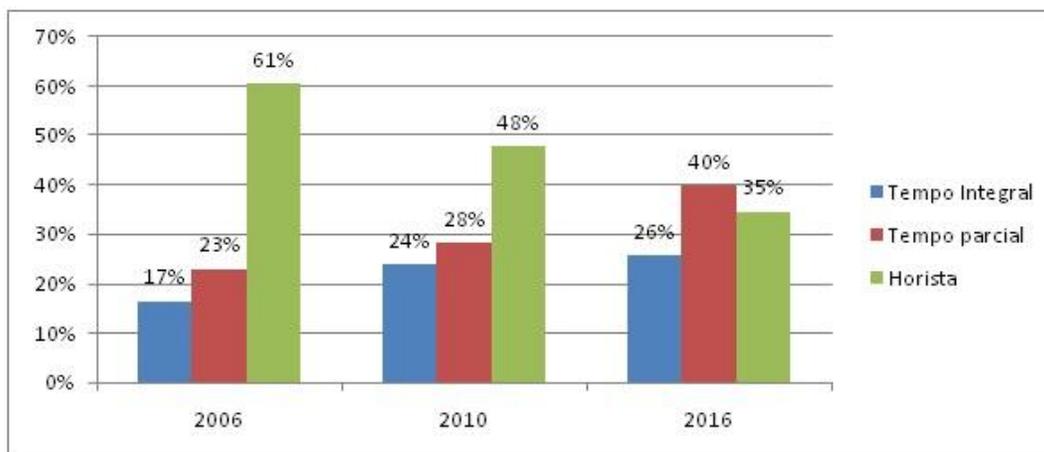
O tempo dos professores é dedicado a diversas atividades relacionadas a seus afazeres na instituição, como por exemplo, as tarefas pedagógicas,

administrativas, de gestão e de manutenção da carreira (MARIZ, 2010). Segundo Calderón (2000, p.69),

os dados oficiais revelam que a maioria das universidades mercantis de massa contrata professores pelo regime de trabalho hora/aula. Se o objetivo é reduzir custos, sem dúvida alguma o pagamento hora/aula é o mais indicado, pois o professor recebe pela aula ministrada, mas esse sistema, sem dúvida, é o pior que existe, uma vez que o professor somente se interessa em chegar na sala de aula e ir embora, não havendo a possibilidade de ficar auxiliando [...] O professor não é estimulado pela universidade e, portanto, ela não pode exigir maiores compromissos, nem apelar para a função social do docente, pois o professor precisa trabalhar em duas, três, quatro ou mais universidades para garantir um salário no mínimo decente. Esse sistema, além de não criar vínculos entre a universidade e o professor, nem criar a possibilidade da existência de um espírito de comunidade universitária, faz que com que a universidade se torne um espaço de produção 'fordista' de diplomas.

O gráfico 2 reforça a questão do tempo de trabalho docente, ilustrando como estão distribuídos os regimes de trabalho entre as instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil no período de 2006, 2010 e 2016.

**Gráfico 2 - Regimes de trabalho entre as instituições de ensino superior, públicas e privadas no Brasil no período de 2006, 2010 e 2016.**



FONTE: Censo de Educação Superior no Brasil do INEP/MEC, 2016.

É possível perceber claramente a diferença no que tange ao regime de trabalho entre as instituições. Enquanto nas universidades federais o regime de tempo integral é a regra, nas instituições de ensino superior privado vale o regime de tempo parcial e de horas-aula (75% dos docentes empregados em 2016).

Moura (2008) em sua pesquisa sobre tempo de trabalho docente em instituições de ensino superior privado mostra que há professores que trabalham mais de 35 horas em sala de aula, com mais de cinco turmas e em mais de uma instituição. Emmendoerfer e Dias (2007) contribuem para esta temática a partir de pesquisas qualitativas realizadas em duas instituições de ensino superior privado na cidade de Belo Horizonte, segundo estes autores, os professores pesquisados relataram que o tempo contratado não coincidia com o tempo efetivo de trabalho, pois além de cumprir horas-aula com os alunos em classe, era necessário dispor tempo para atendimento dos alunos e planejamento das aulas. Segundo Cardoso (2014), o

tempo se torna ínfimo para as atividades sociais, sendo necessário utilizá-lo para planejar aulas ou corrigir provas e trabalhos. Ademais, o tempo foge do controle dos docentes, que ficam reféns do tempo determinado pela instituição.

#### **Implicações do uso das TICs no trabalho docente**

A passagem do uso do giz para as lousas eletrônicas pode ser entendida como uma evolução tecnológica em sala de aula. Embora muitas universidades ainda não ofereçam estas “comodidades”, principalmente no que diz respeito às universidades públicas, tais tecnologias já podem ser encontradas na grande maioria das universidades privadas. A passagem não se deu de forma automática, há nesse ínterim o uso do retroprojetor, passando pelo uso do *datashow* acoplado a um computador de mesa e depois, acoplado a um *notebook*.

O avanço da tecnologia em sala de aula também trouxe mudanças no que tange à didática aplicada, se no tempo do giz, o professor ficava escrevendo o conteúdo no quadro para depois

explicar (o que até facilitava a assimilação e explicação da matéria, pois o professor tinha tempo para rever o que havia preparado e explorá-lo por diversos matizes), com o uso do *datashow* o conteúdo “explode” aos olhos do aluno, e o professor deve estar preparado para explicar de maneira mais dinâmica possível. Diante desse novo cenário espera-se um maior ganho no tempo de explicação e assimilação, dado que aquele tempo que o professor utilizava para passar o conteúdo no quadro, já não é mais necessário.

As atividades de docência extra sala também sofreram modificações com o avanço das TICs. A preparação das aulas saiu do domínio da caneta e papel e adquiriu o formato do teclado e tela do computador. Os conteúdos não são mais apenas livros didáticos e de apoio, o acesso à rede mundial de computadores facilitou a pesquisa e a interatividade. A forma de atendimento aos alunos também mudou, se antes o professor tinha que estar disponível fisicamente para atender o aluno, com o avanço da informatização esta presença já não é tão necessária (CARDOSO, 2014). O simples toque no botão do mouse pode levar a salas interativas, endereços eletrônicos, blogs personalizados com disposição de conteúdo e informações para os alunos. As instituições de ensino superior privado também oferecem sistemas informatizados próprios para que os professores possam registrar suas atividades, notas e faltas de alunos, que a princípio é propagandeado pela instituição como uma facilitação para os professores, mas que é percebido segundo Moura (2008) e Emmendoerfer e Dias (2007) como uma forma de aumentar ainda mais a carga de trabalho, uma vez que é necessário dispor de tempo após a aula para preencher os formulários disponíveis no sistema. Além disso, segundo Cardoso

(2014) os sistemas oferecidos também disponibilizam maior acessibilidade por parte dos alunos com seus professores que perpassa qualquer condição de horário estabelecido em contrato.

O tempo de atendimento físico não se mostra mais tão necessário, quase tudo pode ser resolvido ligando o computador no conforto do lar. A tecnologia facilitou a integração que invade os tempos de trabalho e de não trabalho (CARDOSO, 2014).

Segundo Carvalho (2000, p. 39), “a informação deixou de ser um simples instrumento para produzir mercadorias e seduzir ao seu consumo, mas ela própria transformou-se em produto que se produz, se consome, se vende e se compra”. A internet se tornou indispensável na vida dos professores em todos os níveis de ensino, ou seja, se tornou uma ferramenta para as práticas docentes.

O que se nota é que o sistema educacional não avançou com a mesma intensidade que as novas tecnologias informacionais. Os alunos estão mais experimentados no manuseio da tecnologia da informação do que os professores (CGI, 2010), criando-se aí uma zona de desconforto, dado a dificuldade em falar e usar a mesma tecnologia para o ensino.

Libâneo (1999), Moran (2000), Belloni (2001) e Teruya (2006) são alguns dos pesquisadores que trabalham com a perspectiva de que o uso da tecnologia digital proporciona a possibilidade da maior interação entre alunos e professores, principalmente com o uso da escrita para comunicação no sentido de debater ideias e trocar experiências como forma de integração à sociedade da informação e de ocupação de espaços para divulgar seus trabalhos e aspirações. O grande gargalo ainda é a

falta de qualificação ou atualização contínua por parte dos professores no sentido de acompanhar o ritmo dos alunos no que tange às TICs. O uso

destas ferramentas informacionais leva a mudanças no entendimento entre o que é tempo de trabalho e tempo de não trabalho.



### **Docente produtor de trabalho imaterial**

Para Landini (2010), trabalho do professor, tendo como produto o saber, pode ser compreendido como trabalho imaterial.

As instituições de ensino superior privado procuram por trabalhadores qualificados. Os professores que já trabalham neste tipo de instituição já devem ter as habilidades necessárias para se manter no emprego, caso não tenham, deve procurar qualificarem-se, mas no geral não há investimentos da própria instituição para qualificação de seus docentes. Apesar de exigir qualificações que atendam às necessidades inerentes ao bom andamento das atividades acadêmicas no que tange à tríade ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, há uma

insatisfação por parte dos professores qualificados, que gostariam de desenvolver atividades de pesquisa e extensão, e não apenas de ensino (MARIZ, 2010).

Por outro prisma, nota-se que os professores sentem falta de serem desafiados a ensinar com mais profundidade, de oferecer mais conhecimento, pois há uma percepção de que falta empenho e sobram perspectivas imediatistas por parte dos alunos (MARIZ, 2010).

As instituições de ensino superior privado impõem aos professores um dilema de difícil solução, por um lado as salas estão cada vez mais cheias, política das instituições em busca de maior lucratividade, por outro lado cobram dos professores atendimento diferenciado e específico para os alunos

que freqüentam suas disciplinas (MARIZ, 2010).

Entende-se este processo como a busca por maior extração da mais-valia absoluta (MARX, 2003), dado que o tempo de trabalho já está totalmente ocupado, parte-se para exigências que ocuparão os trabalhadores em seus espaços de não trabalho real e virtual, com atendimento de alunos fora de sala de aula utilizando-se de meios de comunicação, como internet e celulares (CARDOSO, 2014). O não atendimento significa o não enquadramento dentro do sistema imposto, é o início do fim, ou seja, só se mantêm empregado aqueles que se submeterem sem reclamar. Como bem ressalta Mariz (2010, p.63), “em um ‘estado de guerra’, as regras são modificadas, os limites são alargados, se admitem perdas (que se transformam em ‘baixas’ não desejadas, mas esperadas).” Como afirma Amorin (2004, p.123),

o uso da mercadoria conhecimento enquanto matéria-prima não é recente, mas a intensidade, a proporção assumida na função de produção, sim – estamos, portanto diante de uma situação nas quais as mudanças quantitativas são tão expressivas que modificam qualitativamente o fenômeno.

Almeida (2004, p. 110) complementa ressaltando que, “crescem os sentimentos de fracasso e de frustração que minam as possibilidades de os professores realizarem um trabalho positivo com os estudantes”. Há também a pressão para que os professores entendam a atendam as demandas latentes da nova geração (MARIZ, 2010).

O ensino superior privado se constitui em um grande mercado de ensino com o propósito de produzir para o mercado (SANTOS, 2005). A necessidade de

manutenção do negócio e de sua lucratividade transforma profissionais do ensino em grandes vendedores, preocupados com seus alunos, que são nesse contexto, seus clientes.

A produção de conhecimento torna-se uma mercadoria a ser disponibilizada no mercado, para tal, precisa se mostrar vendável (BAUMAN, 2008). Ou seja, o professor possui uma dupla autonomia, que se expressa, por um lado, pela autonomia de exercer sua criatividade sem tempo para o planejamento, dada a intensificação de sua jornada, e por outro lado, a autonomia de planejar aulas com sua baixa qualificação.

### Considerações finais

Os profissionais do ensino são rotulados como "Professor-auleiro" quando vinculado às instituições de ensino superior privada, nas quais não conseguem desenvolver pesquisa (RIBEIRO, 2004). Há descontentamento no que diz respeito aos aspectos de conflitos entre aluno e professor, que revelam uma relação cliente/provedor de serviços, acarretando o que Siqueira (2009, p. 65) chama de “despersonalização em decorrência de uma não realização no trabalho.” Em suas pesquisas, Siqueira (2009) também percebeu medos precisos, em relação a potenciais demissões além de angústias relacionadas a incerteza quanto à composição da renda semestral. Segundo Mariz (2010), não há valorização social para docentes de instituições de ensino superior privado, quando a sociedade demanda projetos ou opiniões, procura pelos professores das IES públicas, principalmente no que tange às demandas da mídia.

A sensação de descartabilidade também permeia os profissionais do ensino. A sua função é descartável, podendo ser

substituído a qualquer momento por outro profissional ou simplesmente deixar de existir a demanda por sua qualificação. Neste sentido a ocupação é tratada como “bico” (SIQUEIRA, 2009), ou seja, é tratada como uma atividade passageira, de pouca duração. Moura (2008) descreve em seu artigo a insegurança vivida pelos professores pela falta de informações sobre o andamento de sua carreira e as perspectivas para o futuro. Não há como planejar as finanças com base no que está ganhando, pois pode acontecer diminuição na sua demanda por parte da instituição e conseqüente variação na renda.

A realização profissional não se configura no espaço de trabalho oferecido pelas instituições de ensino superior privado, os professores vivem uma constante tentativa de emplacar em outras atividades, principalmente prestando concurso público (MOURA, 2008). A atividade desenvolvida é encarada como necessária naquele momento, também entendida como um estágio para galgar outras oportunidades de trabalho mais estáveis e mais gratificantes. O grande problema é a formação de um ciclo vicioso, dado que o docente, em busca de maior remuneração, assume grande carga de horas-aulas, frustrando suas tentativas de ser bem-sucedido em outras áreas que exigem participação em concursos concorridos. Segundo Moura (2008), os professores procuram se qualificar mesmo tendo que lecionar grandes cargas horárias em turmas diversas. Procuram se qualificar em programas "strito senso" mesmo não tendo bolsas, pois o valor das bolsas não é suficiente para cobrir as despesas que tem com a família.

As instituições de ensino superior privado preferem professores menos

qualificados, ou seja, o que interessa para estas instituições é custo/benefício, dessa forma, possuir apenas título de mestre em vez de fazer doutorado é um meio de conseguir e manter-se empregado. Os professores, em sua grande maioria, dão aula em duas, ou mais, instituições (SIQUEIRA, 2009).

Evidencia-se que o uso das TICs promove um novo arranjo no mundo do trabalho docente. A necessidade de manter a empregabilidade leva à utilização de meios de comunicação que não obedecem aos tempos legalmente estabelecidos quanto a trabalho e não trabalho. Nesse sentido, é preciso reaver os sentidos do trabalho docente em instituições de ensino superior privado, uma vez que o profissional do ensino se encontra em uma armadilha difícil de escapar, na qual só resta obedecer aos preâmbulos do capital para sobreviver.

Este é um campo de pesquisa que precisa ser mais explorado, buscando-se respostas às problemáticas relacionadas aos estilos de vida dos docentes. A pesquisa deve ser estendida também às Universidades Públicas para tentar captar o uso do tempo por parte dos docentes, que de forma indireta, reproduzem os anseios do capital.

#### Referências

- ALMEIDA, M. I. O trabalho dos educadores. In: ABICALIL, C. A. et al. *Retrato da Escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.
- AMORIN, M. C. S. Aprendizagem e conhecimento no mundo do trabalho. In: DOWBOR, L. et al. (Orgs.). *Desafios dos trabalhos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. Censo da Educação Superior. Disponível em:

- <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/>. Acesso em: 14 de jun. 2017.
- CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. *São Paulo em perspectiva*, n.14, v.1, 2000.
- CARDOSO, J. Trabalho imaterial e mercado de trabalho contemporâneo: novas configurações a partir da informatização. *Espaço Acadêmico*, v. n. p., 2013.
- \_\_\_\_\_. Organizações, relações de trabalho e informatização: controle cronológico ou domínios de Kairos? *Revista da FAE*, v. 17, p. 06-22, 2014.
- CARVALHO, C. H. A. Agenda Neoliberal e a Política Pública para o Ensino Superior nos anos 90. *Revista Diálogo Educacional*, v. 7, n. 21, mai-ago, 2007, p. 83-101.
- COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *TIC educação 2010: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação no Brasil*. São Paulo: CETIC, 2011.
- EMMENDOERFER, M. L.; DIAS, F. S. “Máquinas de ensinar?”: Um estudo comparativo do controle simbólico do tempo com docentes de cursos de Administração em duas IES de Belo Horizonte – MG. *Alcance*, v. 14, n.3, p. 385 - 404 - Set / Dez 2007.
- LANDINI, S. R. As transformações no trabalho docente: o debate sobre a imaterialidade do trabalho e algumas reflexões sobre formação. *Revista da Educação*, v. 17, n. 2, 2010. p. 29-41.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MANSANO, S. R. V. Transformações da subjetividade no exercício do trabalho imaterial. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 09, n.2, p.512-524, 2º semestre de 2009.
- MARIZ, R. S. *Os sentidos do trabalho docente na educação superior privada em expansão*. UNB, 2010. Tese da Pós-graduação em Sociologia.
- MARTINS, C.; B. A formação de um sistema de ensino superior de massa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n. 48, 2002.
- \_\_\_\_\_. O ensino superior brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 1, 2000.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- MORAN, J. M. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.
- MOURA, P. R. de S. A percepção da carga horária segundo o olhar do professor. In: FORMACAO DE PROFISSIONAIS E A CRIANCA-SUJEITO, 7, 2008, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000032008000100068&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032008000100068&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 19 Jun. 2012.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: Dossiê – Globalização e educação: precarização do trabalho docente. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 89, set-dez. 2004.
- PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios sobre biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- RIBEIRO, G. L. *A antropologia brasileira entre políticas neoliberais e a globalização*. Brasília: UNB, 2004.
- SAMPAIO, H. *Ensino superior privado no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHWARTZMAN, S. A revolução silenciosa do ensino superior. In: DURHAM, E. R.; SAMPAIO, H. *O ensino superior em transformação*. São Paulo: NUPES, 2000. p. 13-30.
- SIQUEIRA, T. C. A. de. Trabalho dos docentes nas instituições particulares de ensino superior em Brasília. *Revista de ciências sociais*, v. 40 n. 2, 2009. p. 62-71.
- TERUYA, Teresa Kazuko. *Trabalho e educação na era mediática*. Maringá: EDUEM, 2006.

Recebido em 2018-06-21  
Publicado em 2018-09-18